



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO N° 54/2026 / DISPENSA N° 15/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (SIMPLIFICADO E PÚBLICO), VISANDO AO RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VINCULADA À OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL CUSTEADOS POR REPASSES INTERGOVERNAMENTAIS, BEM COMO O PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

INFORMAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

DIA : 29/04/2026

HORÁRIO : 08:00 horas.

LINK REALIZAÇÃO DA FASE DE LANCES: www.licitanet.com.br

SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA:

licitanet®
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

O procedimento encontra-se divulgado no www.licitanet.com.br , no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP , assim como em nosso site divino.mg.gov.br .



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

PROCESSO Nº 54/2026

DISPENSA Nº 15/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (SIMPLIFICADO E PÚBLICO), VISANDO AO RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VINCULADA À OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL CUSTEADOS POR REPASSES INTERGOVERNAMENTAIS, BEM COMO O PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

INFORMAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

DIA : 29/04/2026

HORÁRIO : 08:00 horas.

LINK REALIZAÇÃO DA FASE DE LANCES: www.licitanet.com.br

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO/MG**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus elementos constitutivos, observando os preceitos do direito público, em especial às disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021, incluindo a legislação pertinente e complementar.

1. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica – disponível no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

1.1.1 O cadastro da proposta de Dispensa Eletrônica ocorre anteriormente a data de início da fase da disputa.

1.2 Os fornecedores e/ou prestadores de serviço deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, para acesso ao sistema e operacionalização.

1.3 O fornecedor e/ou prestador de serviço é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.4 Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão;

1.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: (34) 2512-6504 - (34) 2512-6505 – (34) 2512-6506 ou pelo e- mail contato@licitanet.com.br.

1.6 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis pela plataforma.

1.7 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

1.8 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

1.9 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA.

1.10 Como requisito para participação e habilitação, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA.

1.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

1.12 Poderão participar desta DISPENSA ELETRÔNICA as empresas que:

1.13 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site **www.licitanet.com.br**;

1.14 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

1.15 A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

1.16 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei n.º 10.520/02.

2 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA OS FORNECEDORES:

2.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);

2.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

2.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4 Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.6 Sociedades cooperativas.

3 - INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA ECADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor e/ou prestador de serviço na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 Os fornecedores e/ou prestadores de serviço interessados, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.12 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.13 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.14 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.15 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4 – FASE DE LANCES:

4.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, que decorrerá durante 6 (seis) horas, sendo encerrado no horário de finalização de lances, às 14:00h (quatorze horas).

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor Global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

4.4 O prestador de serviço somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos e superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$10,00 (dez reais)**.

4.7 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8 Caso o prestador de serviço não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

5.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.7 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá, se solicitado, encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.9.1 Contiver vícios insanáveis;

5.9.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.9.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.9.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.10.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços POR ITEM ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.13 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

substância das propostas;

5.14 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.17 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.18 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

6.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.7 - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.10 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.11 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.14 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (conforme artigo 95 da lei nº 14.133/21). O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou documento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contada data de seu recebimento.

7.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.5 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.6 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.7 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano a partir da publicação.

7.8 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANSÕES

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.8 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.10 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.11 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s)

b) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

8.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

8.2.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida; 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.2.2- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.2.3- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.2.4- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

8.2- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3 - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

8.6 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.7 – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.9 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no www.licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.1 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.13 - Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.14 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.14.1 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

procedimento.

9.1.15 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2- As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3- Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7- No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 - Os prestadores de serviço assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10- Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12- Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.13 - ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

- 9.12.14 - ANEXO II – Termo de Referência;
- 9.12.15 - ANEXO III – Minuta de Contrato;
- 9.12.16 – ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço;
- 9.12.17 – ANEXO V – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- 9.12.18 – ANEXO VI – Modelo de Declaração Referente ao Trabalho de Menor;
- 9.12.19 – ANEXO VII – Modelo de Declaração de Micro e Pequena Empresa;
- 9.12.20 – ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Pessoal e Aparelhamento;

10 – DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Divino, estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Divino, 20 de abril de 2026.

Gabriel dos Santos Alves
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021):

2.1 Declaração, conforme constante do Anexo VIII, de que possui aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

2.2 Demonstração de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual**, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos **Federais** (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

3.4 Prova de Regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

3.5 Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante;

3.6 Certidão de Regularidade do **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

3.8 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21):

4.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

5 – DECLARAÇÕES:

5.1 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos – conforme modelo do ANEXO V.

5.2 Modelo de Declaração Referente ao Trabalho de Menor - conforme modelo do ANEXO VI;

5.3 Modelo de Declaração de Micro e Pequena Empresa – conforme modelo do ANEXO VII;

Divino, 20 de abril de 2026.

Gabriel dos Santos Alves
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE:

1.1. Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de planejamento, organização e execução de Processo Seletivo (Simplificado e Público), visando ao recrutamento de pessoal para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, vinculada à operacionalização de programas governamentais de saúde e assistência social custeados por repasses intergovernamentais, bem como o preenchimento de funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate à Endemias, conforme especificações deste Termo.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A presente contratação é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços essenciais no Município de Divino/MG, cujas atividades (PSF, CAPS, CRAS, Casa Lar, etc.) são ininterruptas e, em sua maioria, dependentes de repasses intergovernamentais vinculados.

3.2. Justifica-se a contratação de banca externa ante a limitação de pessoal técnico qualificado no quadro efetivo municipal para a elaboração de questões inéditas e gestão logística de certames, bem como para garantir a estrita observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e transparência, mitigando riscos de judicialização e sanções dos órgãos de controle (TCE/MG e MP).

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

4.1. A Contratada deverá realizar todas as etapas do certame, divididas nas seguintes fases:

- **I – Planejamento:** Elaboração de minutas de Editais, cronograma detalhado, definição de conteúdos programáticos e manuais do candidato;
- **II – Inscrições:** Disponibilização de plataforma online com acessibilidade, suporte aos candidatos e emissão de guias de arrecadação (boletos) para a conta do Tesouro Municipal;
- **III – Aplicação:** Elaboração de provas objetivas inéditas, logística de transporte, segurança, fiscalização (mínimo de 02 fiscais por sala) e aplicação no dia do exame;
- **IV – Resultados e Recursos:** Correção automatizada com processo de **desidentificação de cartões-resposta**, processamento de títulos (se houver), resposta fundamentada a recursos administrativos por banca técnica e emissão de relatórios finais.

4.2. Os trabalhos deverão respeitar a distinção legal entre o PSS (vínculo administrativo temporário) e



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

o PSP (regime específico dos Agentes de Saúde), prevendo requisitos específicos como a comprovação de residência e o Curso Introdutório para os Agentes, conforme Lei Federal nº 11.350/2006.

4.2.1. Territorialidade e Microáreas: Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), a **CONTRATADA** deverá estruturar o sistema de inscrição e o edital de forma segmentada por **áreas geográficas e microáreas de atuação**, conforme o mapeamento fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Divino/MG.

4.2.2. Comprovação de Residência: O edital deverá prever mecanismos rigorosos de conferência do requisito de residência na área de atuação desde a data da publicação do edital, em estrita observância à Lei Federal nº 11.350/2006.

4.2.3. Curso Introdutório de Formação Inicial: A **CONTRATADA** deverá incluir no cronograma do certame a etapa referente ao Curso Introdutório. Caberá à banca a elaboração, aplicação e correção da **avaliação final de aproveitamento** deste curso, que possui caráter eliminatório para os cargos de ACS e ACE.

4.3. A contratada ficará responsável pelo gerenciamento, planejamento, publicações legais e necessárias, compilação de toda a matéria e legislação aplicável no certame, análise e julgamentos de impugnações a recursos e divulgação dos resultados, ficando incumbida da realização dos certames em todas as suas etapas, conforme detalhamento a seguir:

4.3.1 - Elaboração do Edital

4.3.1.2. - A Contratada, em comum acordo com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, designada por Portaria a ser publicada posteriormente, elaborará o Edital do Processo Seletivo, dentro das normas e legislação vigentes, disponibilizando para este fim, técnicos qualificados para dar assessoria no planejamento e elaboração do Edital, que deverá conter todas as informações necessárias relativas ao Processo Seletivo, e inclusive cronograma, conteúdo programático e sugestões bibliográficas, submetendo o mesmo à aprovação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

4.3.2 - Para discussão e elaboração do Edital, a empresa Contratada deverá disponibilizar pessoal técnico, que se reunirá na Prefeitura Municipal de Divino/MG em horário de expediente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, conforme a exigência e necessidades destes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

4.3.3- Divulgação

4.3.3.1 - A Contratada se responsabilizará, às suas expensas, pela divulgação do Processo Seletivo através de extratos do Edital de abertura das inscrições em jornal de grande circulação no Estado, em Diário Oficial da Prefeitura Municipal, no Jornal Oficial do Estado de Minas Gerais, bem como no site da Contratada. A Contratada deverá confeccionar cartazes para divulgação do Processo Seletivo, a serem afixados em locais públicos e de grande circulação de pessoas. Disponibilizará também, todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo em site, em *link* exclusivo ao Processo Seletivo, podendo ser disponibilizado *link* com direcionamento ao site da Prefeitura Municipal de Divino/MG ou vice-versa.

4.3.4 - Inscrições

4.3.4.1- As inscrições deverão ser feitas pela rede mundial de computadores (*internet*), em sítio da própria empresa, bem como em local destinada pela Prefeitura Municipal de Divino, mas com profissionais da empresa contratada.

4.3.4.2- O valor das inscrições será recolhido ao Tesouro do Poder Executivo de Divino, em conta bancária cujo código e agência serão apresentados oportunamente pela Administração.

4.3.4.3- Será de responsabilidade da Contratada toda a logística e disponibilização de material para o recebimento das inscrições, sendo que para este fim será providenciado os seguintes materiais:

a) Manual do Candidato: A Contratada providenciará a elaboração e impressão do Manual do Candidato, para ser disponibilizado a estes, contendo o Edital completo, além de seus anexos, conteúdo programático e sugestões bibliográficas, cronograma das atividades, entre outras informações pertinentes ao certame.

b) Roteiro de Inscrição: A Contratada deverá preparar um roteiro de orientação, visando obter uniformidade no processo de inscrição. Do roteiro constarão esclarecimentos sobre o processo de inscrição, recomendações aos candidatos, dentre outras informações pertinentes.

4.3.5 - Atendimento aos candidatos

4.3.5.1 - A Contratada deverá disponibilizar também um número de telefone fixo e e-mail, para que os candidatos possam obter informações sobre o Processo Seletivo, de forma menos onerosa aos candidatos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

4.3.6 – Provas

4.3.6.1 - A contratada se responsabilizará pela elaboração, impressão, aplicação e correção das provas objetivas e de títulos, em todas as suas fases, bem como pela logística, envio de material e guarda das mesmas até a conclusão plena do Processo Seletivo ou enquanto de interesse da Prefeitura Municipal de Divino.

4.3.6.2 - As provas objetivas serão aplicadas no Município de Divino, em local cedido pelo Município.

4.3.6.3 - A Contratada será responsável pelo julgamento da prova de títulos e experiência, cuja forma de critérios de pontuação será estudada juntamente com a Prefeitura Municipal de Divino.

4.3.7 - Banca Examinadora

4.3.7.1 - Para elaboração das questões, a Contratada deverá contar com uma experiente Banca Examinadora, composta por professores e profissionais em cada uma das matérias que compõem as provas objetivas do Processo Seletivo, sendo de responsabilidade da Contratada a seleção, contratação e pagamento destes profissionais.

4.3.7.2 - Cada membro da banca assume a responsabilidade pela elaboração e sigilo das questões, assinando termo de responsabilidade e confidencialidade.

4.3.8 - Provas Objetivas

4.3.8.1 - As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, serão compostas de questões de múltipla escolha, elaboradas de acordo com o conteúdo programático e as sugestões bibliográficas do Processo Seletivo, possuindo cada uma delas, no mínimo, 04 (quatro) alternativas de resposta, sendo uma única correta.

4.3.8.2 - Para elaboração das questões serão consideradas as seguintes diretrizes:

- Formular questões especialmente para o Processo Seletivo a que se destina, não sendo aproveitadas de nenhum tipo de questão;
- Pautar-se apenas em assuntos relevantes, evitando temas controvertidos;
- Objetivar o raciocínio e não a memorização;
- Redigir o enunciado em linguagem adequada ao grau de escolaridade do candidato;
- Ser claro e objetivo, evitando-se armadilhas verbais e ambiguidades;
- Concentrar, na medida do possível, a maior parte da redação no enunciado da questão, visando alternativas curtas e homogêneas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

4.3.9 - Impressão das Provas

4.3.9.1 - A Contratada responsabilizar-se-á pelo preparo e reprodução dos Cadernos de Questões, em quantidade suficiente às necessidades do Processo Seletivo, bem como a embalagem e lacre das provas em envelopes plásticos e opacos, de segurança, a serem acondicionados em malotes de segurança, vedados com lacres, acompanhados dos Termos de Fechamento e Abertura de Malote, que serão guardadas em local seguro, até a data de sua realização, visando garantir o sigilo das mesmas, eximindo a Prefeitura Municipal de Divino/MG de quaisquer responsabilidades.

4.3.9.2 - A Contratada fará o controle e acompanhamento dos malotes, até as instituições onde serão realizadas as provas, através de sua Equipe de Coordenadores, zelando pela segurança durante todo o percurso.

4.3.9.3 - Os malotes de provas somente serão abertos na presença dos integrantes da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e dos Fiscais.

4.3.10 - Cartão de Resposta

4.3.10.1 - A Contratada se responsabilizará pela elaboração, montagem fotográfica, impressão dos cartões de respostas, bem como pelos demais formulários de avaliação necessários.

4.3.10.2 - As respostas às questões das provas objetivas serão assinaladas pelos candidatos em Cartões Resposta adequados aos sistemas de correção e avaliação a serem utilizados, Leitura Ótica ou Scanner e Computacional.

4.3.10.3 - A Contratada deverá realizar processo de desidentificação dos Cartões Resposta de acordo com as normas do TCE/MG, visando a impessoalidade no processo de correção dos cartões resposta, devendo para tanto elaborar ata de desidentificação e lacre dos envelopes de desidentificação dos cartões resposta de cada sala de provas.

4.3.10.4 - A identificação dos cartões resposta deverá ser através de sistema informatizado e em sessão pública na Prefeitura Municipal de Divino, a ser realizada após a publicação das notas pelo número dos cartões de resposta.

4.3.11 - Preparação para aplicação das provas

4.3.11.1 - Para os trabalhos preparatórios de aplicação das provas, a Contratada deverá providenciar:

1) Vistoria prévia das instalações físicas dos locais onde serão aplicadas as provas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

2) Convocação, seleção e formação da equipe para aplicação das provas, como Coordenadores, Chefes de Local, Auxiliares, Fiscais de sala e corredor (02 fiscais por sala) e Pessoal de Apoio (porteiro e serventes);

3) Elaboração das listas de presença e relatórios de alocação;

4) Elaboração e impressão de roteiros para Coordenador e Fiscal de Sala;

5) Sinalização e preparação dos locais de provas e dos demais materiais necessários para a aplicação das provas;

6) Treinamento dos Fiscais.

7) Fica fixado o Valor de R\$100,00 (cem reais) por colaborador(a), por turno de prova aplicada, como gratificação a ser paga aos fiscais e Pessoal de Apoio.

8) Não será aceito pagamento menor ao estipulado, como gratificação por turno de prova aplicada por pessoa, a ser paga aos fiscais e Pessoal de Apoio; bem como a liberação da segunda parcela submetendo-se a comprovação de pagamento integral aos fiscais e Pessoal de Apoio;

4.3.12 - Aplicação das Provas

4.3.12.1 - Todo o trabalho de aplicação das provas será executado pela Empresa Contratada, que contará com equipe credenciada para tal fim, sendo a mesma fiscalizada pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

4.3.12.2 - O treinamento aos fiscais será realizado por meio de reunião com os coordenadores de cada local de prova, recebendo cada fiscal um roteiro específico com todas as instruções sobre o processo de aplicação das provas.

4.3.12.3 - As despesas com a equipe de aplicação, bem como a remessa de materiais e logística serão de responsabilidade da Contratada.

4.3.13 - Gabaritos, recursos e divulgação das notas

4.3.13.1 - Após a realização das provas objetivas o gabarito preliminar será divulgado através de Edital no site da Contratada e no Mural da Prefeitura Municipal de Divino/MG.

4.3.13.2 - Após a publicação do gabarito e correção dos cartões resposta, a Contratada deverá realizar a publicação das notas pelo número dos cartões resposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

4.3.13.3 - Em seguida a Contratada deverá realizar a sessão pública de identificação dos cartões resposta, da qual deverá ser realizada a ata da sessão.

4.3.13.4 - Posteriormente à identificação dos cartões resposta, a Contratada deverá realizar a divulgação das notas pelo nome dos candidatos, abrindo prazo para os candidatos interpirem recursos.

4.3.13.5 - Na hipótese da existência de recursos quanto ao gabarito, ou quaisquer outros recursos que venham a ser interpostos por ocasião do Processo Seletivo, a Contratada se responsabilizará pelo recebimento e análise dos mesmos, disponibilizando as respostas em seu site e no Mural da Prefeitura Municipal de Divino.

4.3.13.6 - No caso de anulação de qualquer das questões da prova objetiva, o ponto desta será atribuído a todos os candidatos sem distinção.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A solução compreende a prestação de serviço técnico especializado de natureza intelectual, desde a concepção do instrumento convocatório até a entrega do resultado final homologado, garantindo a seleção dos profissionais mais aptos sob a égide da meritocracia e da segurança jurídica.

6. EMBASAMENTO LEGAL:

6.1. O procedimento será realizado preferencialmente via **Dispensa de Licitação**, com fulcro no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de contratação cujo valor estimado é inferior ao limite legal de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, precedida de divulgação de Aviso de Contratação Direta pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na forma do art. 75, §3º, da referida Lei.

7. DESCRIÇÃO DO ITEM E VALOR ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Prestação de serviços técnicos de planejamento, organização e execução de Processo Seletivo Simplificado e Público (PSS/PSP 2026) para o Município de Divino/MG.	SERVIÇO	01

7.1. O custo estimado da contratação está consignado em cotações colhidas junto ao PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas bem como através de cotações e/ou banco de preços do Portal de Licitações Eletrônicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

7.2. O valor estimado para a presente contratação encontra amparo no art. 7º, §1º da Instrução Normativa nº 65/2021.

7.3. O modelo de valor adotado encontra adequado e de acordo com a realidade de mercado, ao formalizar uma busca adotando-se os parâmetros dispostos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021.

7.4 Os valores máximos estimados, antes da fase de lances, para prestação de todos os serviços especificados neste Termo de Referência, a serem aceitos pelo Município de Divino, serão de **R\$ 70,00 (setenta reais)** por candidato para a quantidade estimada de 300 (trezentos) inscritos.

7.5 O valor a ser pago pelo Município de Divino, por candidato excedente aos 300 (trezentos), se houver, será de 70% (setenta por cento) do valor, por candidato, após a fase de lances.

7.6 Apesar de o valor total do contrato ser estimado em **R\$20.083,50 (vinte mil oitenta e três reais e cinquenta centavos)**, o Município de Divino pagará à contratada:

7.6.1 o total da proposta comercial para 300 (trezentos) candidatos, apresentada após a fase de lances, e;

7.6.2 o valor, por candidato excedente, se houver, limitada ao quantitativo indicado no item 6.2 supra.

7.7 Na hipótese de o quantitativo de candidatos ser superior aos 300 (trezentos) estimados, o valor, por candidato, será o mesmo indicado no item 7.5;

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES: As obrigações aqui listadas são essenciais, mas não exaustivas, sendo complementadas por todas aquelas previstas na minuta do Contrato.

8.1. Da Contratante (Município de Divino):

- 8.1.1. Nomear a Comissão Coordenadora e o Fiscal do Contrato;
- 8.1.2. Fornecer legislação local, atribuições e requisitos dos cargos;
- 8.1.3. Disponibilizar prédios públicos para a aplicação das provas em condições de higiene e segurança;
- 8.1.4. Validar as minutas de edital e conteúdos programáticos.

8.2. Da Contratada (Empresa/Banca):

- 8.2.1. Manter sigilo absoluto sobre o conteúdo das provas sob pena de responsabilidade civil e criminal;
- 8.2.2. Utilizar banca examinadora composta por profissionais de nível superior com experiência em certames públicos;
- 8.2.3. Disponibilizar local em seu sítio eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos candidatos;
- 8.2.4. Arcar com todas as despesas de pessoal (fiscais, coordenadores, seguranças) e logística.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

- 8.2.5. Garantir que o sistema de inscrições online possibilite ao candidato ao cargo de ACS a escolha da **microárea específica** de sua residência, impedindo inscrições genéricas que afrontem a legislação federal da categoria.

9. PRAZO PARA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

9.1. O prazo para execução integral do objeto (da abertura à homologação) estima-se em até 120 dias, respeitando-se o prazo de vigência contratual de 06 (seis) meses, prorrogável por meio de Termo Aditivo em caso de necessidade técnica devidamente justificada (Art. 105, Lei 14.133/21).

10. PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, mediante atesto da fiscalização:

- a) **20% após a aprovação da minuta final do Edital;**
- b) **30% após a aplicação das provas objetivas e após comprovado o pagamento integral aos fiscais e Pessoal de Apoio / colaborador(a);**
- c) **50% após a publicação do resultado final e resposta a todos os recursos.**

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 Este Aviso de Contratação poderá ser obtido sem qualquer ônus no Setor de Licitações, no endereço: Rua Marinho Carlos de Souza, 05, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, no horário de 08 às 16 horas, e no site: <http://www.divino.mg.gov.br>.

11.2 Este Aviso de Contratação será publicado no site: <http://www.divino.mg.gov.br>, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e Imprensa Oficial da Prefeitura Municipal de Divino/MG, (Quadro de aviso).

Divino, 20 de abril de 2026.

JOSIANE ALVES DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

JANDIRA VALÉRIA DIAS

Secretária Municipal de Assistência Social

Visto:

GABRIEL DOS SANTOS ALVES

Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIVINO/MG E A
EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS.

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 DA CONTRATANTE

1.1.1 O Município de _____, com sede na Praça _____, n.º _____, Centro, CEP _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Educação, Sra. _____, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º _____, CPF _____, residente e domiciliada nesta cidade na Rua _____, n.º _____, Bairro _____.

1.2 DA CONTRATADA

1.2.1 _____

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

1.3.1 A presente contratação decorre do Processo Licitatório Nº. 52/2026 e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLAUSULA II - DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa ou entidade especializada na prestação de serviços técnicos de elaboração, diagramação, impressão, logística, bem como todo e qualquer ato pertinente à organização e aplicação das provas para realização de **Processo Seletivo Simplificado e Público — PSS e PSP 2026**, destinado ao preenchimento de vagas temporárias por excepcional interesse público e de empregos públicos de Agentes de Saúde, no âmbito da Prefeitura Municipal de Divino/MG, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. A contratação abrange os seguintes programas e serviços: Estratégia de Saúde da Família (ESF); Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); as funções de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Casa Lar; Programa Criança Feliz; Programas Sociais; e demais cargos temporários vinculados às Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social.

2.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

2.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa;

2.3.3. A Proposta da Contratada.

2.4 - DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

2.4.1. Do Planejamento, Organização e Realização do Processo Seletivo:

2.4.1.1. A CONTRATADA deverá realizar reunião inicial com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, designada por Portaria do Prefeito, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, oportunidade em que serão apresentadas as regras que disciplinarão o certame, bem como todos os instrumentos normativos, conteúdos, regras de inscrição, isenção e demais informações que deverão ser usadas para compor o edital e o documento de planejamento.

2.4.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de realização da reunião inicial, a minuta do edital, **a qual deverá ser elaborada sob a forma de instrumento convocatório unificado (edital uno), contemplando, todavia, em capítulos ou blocos segregados, as especificidades e fundamentos legais distintos do Processo Seletivo Simplificado (PSS) e do Processo Seletivo Público (PSP).** A referida minuta será submetida à apreciação da Comissão, assim como o descritivo do planejamento de sua realização, discriminando todos os prazos em que as etapas deverão ser executadas, não podendo ultrapassar o limite de 60 (sessenta) dias. Após eventuais ajustes, a Comissão avaliará a nova versão para que seja viabilizado o começo do período de inscrição.

2.4.1.3. O conteúdo programático será oportunamente elaborado pela CONTRATADA, devendo ser aprovado previamente pela Secretaria requisitante e pela Comissão Coordenadora, e comporá o edital de abertura.

2.4.1.4. A segurança do evento, bem como o sigilo necessário nas fases de preparação, será de responsabilidade da CONTRATADA, sem prejuízo de que o CONTRATANTE diligencie com órgãos da segurança pública em reforço.

2.4.1.5. No planejamento e na confecção do instrumento convocatório unificado, a CONTRATADA deverá observar a rigorosa distinção jurídica entre o Processo Seletivo Simplificado (PSS), destinado aos vínculos administrativos temporários, e o Processo Seletivo Público (PSP), voltado às funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Para estes últimos, o edital deverá prever as exigências específicas da Lei Federal nº 11.350/2006 e da legislação municipal correlata,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

notadamente a comprovação de residência na área de atuação e a previsão do Curso Introdutório de Formação Inicial como etapa ou requisito essencial do certame.

2.4.1.6. **Segmentação por Microáreas:** No tocante aos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS), a **CONTRATADA** deverá estruturar o sistema de inscrições e o edital prevendo a concorrência por **áreas geográficas e microáreas específicas**, conforme mapa de abrangência fornecido pelo Município, garantindo mecanismos de verificação do requisito legal de residência na localidade de atuação desde a data da publicação do edital.

2.4.1.7. **Curso Introdutório:** O cronograma e o planejamento do certame deverão contemplar obrigatoriamente a etapa referente ao **Curso Introdutório de Formação Inicial** para os candidatos aos cargos de ACS e ACE, nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006, ficando a cargo da **CONTRATADA** a responsabilidade técnica pela avaliação final desta etapa, salvo disposição em contrário pactuada na reunião inicial de planejamento.

2.4.2. Do Edital e da Divulgação:

2.4.2.1. O edital deverá ser submetido à apreciação do CONTRATANTE, a qual providenciará a publicação de todos os atos necessários ao regular desenvolvimento do processo seletivo, em especial os relacionados à:

2.4.2.2. Abertura das inscrições;

2.4.2.3. Convocação para todas as etapas do certame;

2.4.2.4. Resultados das provas;

2.4.2.5. Divulgação dos resultados da avaliação dos recursos;

2.4.2.6. Resultado da análise dos pedidos de isenção das inscrições;

2.4.2.7. Resultado final e classificação.

2.4.2.8. A CONTRATADA também fará as publicações aqui referidas no seu sítio eletrônico de acompanhamento do processo seletivo.

2.4.3. Das Inscrições:

2.4.3.1. As inscrições para o processo seletivo deverão ser abertas pelo período mínimo de 15 (quinze) dias úteis e serão realizadas por meio da internet, no endereço eletrônico da CONTRATADA, disponível 24 horas, ininterruptamente, durante todo o período de inscrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

2.4.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar e disponibilizar em seu endereço eletrônico o edital do processo seletivo, ficha de inscrição e respectivo boleto para pagamento bancário.

2.4.4. Dos Locais de Aplicação das Provas:

2.4.4.1. As provas serão aplicadas no Município de Divino/MG, em local cedido pelo CONTRATANTE, que deverá possuir infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação dos candidatos, facilidade de acesso, inclusive para candidatos com deficiência, e sinalização para orientar a movimentação dos candidatos.

2.4.4.2. Os locais indicados para a aplicação das provas devem ser submetidos à Comissão Coordenadora antes de confirmados junto aos candidatos, sendo facultado ao CONTRATANTE recusar um ou mais locais e solicitar nova indicação.

2.4.4.3. Todos os locais deverão dispor de banheiros femininos e masculinos, inclusive adaptados a necessidades especiais, bebedouros coletivos, iluminação e ventilação adequadas.

2.4.5. Das Provas Objetivas:

2.4.5.1. As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, serão compostas de questões de múltipla escolha com no mínimo 04 (quatro) alternativas, sendo uma única correta, elaboradas especialmente para este certame.

2.4.5.2. As questões deverão ser inéditas, elaboradas pela banca examinadora previamente designada pela CONTRATADA, composta por profissionais de nível superior altamente qualificados.

2.4.5.3. Os membros das bancas devem elaborar, de forma isolada, as questões, de modo a assegurar que nenhum deles obtenha conhecimento do conteúdo global a ser aplicado.

2.4.5.4. A CONTRATADA deverá montar, imprimir, conferir, embalar e lacrar os cadernos de questões, produzidos em quantidade suficiente, em parque gráfico próprio ou contratado, com acesso restrito e vedado qualquer meio de comunicação externo.

2.4.5.5. A CONTRATADA realizará processo de desidentificação dos Cartões Resposta, conforme normativas do TCE/MG, garantindo impessoalidade na correção.

2.4.5.6. A CONTRATADA deverá elaborar provas especiais para candidatos com deficiência, conforme indicado no formulário de inscrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

2.4.6. Do Pessoal:

2.4.6.1. Cada membro componente das bancas de elaboração de provas deverá assinar termo de compromisso a fim de garantir o sigilo em cada etapa do certame e declarar que não tem conhecimento da participação de parentes, até o terceiro grau, no certame e não possuir qualquer vínculo profissional com instituições que ofereçam cursos preparatórios.

2.4.6.2. A CONTRATADA deverá selecionar e treinar profissionais em número suficiente que garanta o atendimento aos candidatos em cada etapa, compondo a equipe com a seguinte estrutura mínima:

- a) Fiscais em número suficiente, proporcional ao número de inscritos, sendo, no mínimo, 01 (um) por sala;
- b) Fiscais em número suficiente para acompanhar candidatos ao banheiro e ao bebedouro;
- c) Serventes e seguranças em número suficiente para cada local de prova;
- d) 01 (um) coordenador por local de prova;
- e) 01 (um) coordenador geral que represente a CONTRATADA perante a Comissão Coordenadora;
- f) Assessoria Técnica, Jurídica e Linguística para elaboração de editais, comunicados e demais documentos.

2.4.7. Do Cronograma de Execução.

2.4.7.1. O cronograma de realização do processo seletivo será fixado a partir da conclusão da etapa de planejamento, a ser realizada pela Comissão Coordenadora e pela CONTRATADA, após a celebração do contrato, observados os prazos previstos nas normas aplicáveis.

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 DO PRAZO

3.1.1 O prazo de duração do contrato é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite permitido pela Lei Federal 14.133/2021.

3.1.2. Caso o objeto não seja concluído no prazo de vigência por motivos não imputáveis à CONTRATADA, a vigência será prorrogada por meio de Termo Aditivo, pelo tempo estritamente necessário à sua conclusão, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração.

3.1.3. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições dos serviços e os preços contratados permanecem vantajosos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

a Administração.

3.2 DO VALOR

3.2.1 O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), referente à locação dos softwares e serviços de consultoria e treinamento prestados nos locais previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação.

3.2.2 Todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos que recaírem sobre o contrato correrão à conta da Contratada.

3.3.3 Os preços propostos pressupõem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, o qual presidirá a relação entre as partes durante todo o prazo de execução.

3.3.4 Nenhum reajustamento ou realinhamento de remuneração, para mais ou para menos, se dará sem atendimento das normas gerais ditadas pela legislação federal, em especial quanto à oportunidade de aplicação.

3.3 - DO PAGAMENTO

3.3.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal e do cumprimento, por parte da empresa, de todas as formalidades legais e administrativas anteriores a este ato.

3.3.2 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal e cumprimento todas as formalidades legais e administrativas anteriores a este ato.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas resultantes deste contrato ocorrerão por conta da dotação orçamentária constante na ficha xxxxxx do orçamento vigente.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da Contratada, além de outras decorrentes da natureza do presente contrato:

5.1.1 - Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no Edital e seus respectivos anexos, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

5.1.2 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.

5.1.3 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

5.1.4 - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

5.2 - Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

5.3 - Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

- 5.4. Manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato;
- 5.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 5.6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato;
- 5.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros;
- 5.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica;
- 5.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal;
- 5.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação, inclusive a regularidade fiscal e trabalhista, cuja comprovação deverá acompanhar cada medição ou nota fiscal apresentada para pagamento.
- 5.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.
- 5.15. Disponibilizar sistema de inscrição que permita a segmentação obrigatória por áreas geográficas e microáreas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), em conformidade com o requisito legal de residência (Lei Federal nº 11.350/2006), impedindo tecnicamente a realização de inscrições genéricas que afrontem a legislação da categoria ou o mapeamento fornecido pelo Município.

5.16 – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.

- 5.16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato, a partir da apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

5.16.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD.

5.16.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.16.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, o CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de dados pessoais.

5.16.7. O dever de sigilo e confidencialidade permanecerá em vigor após a extinção das relações entre as partes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do presente contrato:

6.1.1 - Efetuar pagamento à Contratada no prazo fixado neste contrato, após a entrega da Nota Fiscal, de conformidade com as autorizações expedidas.

6.1.2 - Fiscalizar a execução do contrato.

6.1.3 - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, admitida prorrogação motivada por igual período;

CLÁUSULA VII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimo ou redução) dos serviços objeto deste contrato poderá ser determinada pela Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1 - Compete ao titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em nome da Contratante:

8.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato;

8.1.2 - Autorizar a emissão de faturas, alterações de projetos, substituições, atestar recebimentos e serviços prestados;

8.1.3 - Praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento das obrigações fixadas no presente contrato.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando o mesmo, garantido o contraditório e a ampla defesa, sujeita às seguintes penalidades:

9.1.1 - Advertência;

9.1.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo INPC/IBGE.

9.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de _____ pelo prazo de 02 (dois) anos;

9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

prevista da Lei 14.133/2021, além da notificação ao Representante do Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município de _____.

9.2 - Na hipótese de a Contratada se recusar a assinar o contrato ou não executá-lo nas condições estabelecidas, se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.3 - As multas lançadas pelo Município serão deduzidas diretamente dos créditos que a Contratada tiver em razão da presente licitação.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

10.1 - A rescisão do presente contrato poderá ser:

10.1.1 - determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa.

10.1.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.1.3 - judicial, nos termos da legislação.

10.2 - No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Divino para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Prefeitura Municipal de _____, ____ de _____ de _____.

Representante do Município de _____

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS: 1 - _____

2 - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Divino
Processo Licitatório Nº. 54/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Aviso de Contratação do Processo Licitatório n.º 54/2026, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar os serviços desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

1. A presente proposta tem por objeto a Contratação de empresa ou entidade especializada na prestação de serviços técnicos de elaboração, diagramação, impressão, logística, bem como todo e qualquer ato pertinente à organização e aplicação das provas para realização de **Processo Seletivo Simplificado e Público — PSS e PSP 2026**, destinado ao preenchimento de vagas temporárias por excepcional interesse público e de empregos públicos de Agentes de Saúde, no âmbito da Prefeitura Municipal de Divino/MG.
2. O preço global proposto para o serviço é de R\$____.____ (_____).
3. No preço global estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com a prestação dos serviços, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc.
4. A empresa declara a suficiência do preço proposto para a cobertura de todas as despesas que envolvem os serviços licitados.
5. A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.
6. A empresa declara estar apta do ponto de vista jurídico, econômico, técnico e operacional para a realização dos serviços que integram esta proposta.

7. Dados da proponente

Razão social: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Email: _____

Representante legal

Nome: _____
Endereço: _____
Identidade: _____
CPF: _____
Cargo na empresa: _____
Local e Data

(assinatura do responsável pela licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(razão social

na licitante), CNPJ Nº.

com sede na

***** (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do **DISPENSA nº. 15/2026** DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação na presente dispensa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local/UF, ***** de ***** de 2026.

(assinatura do responsável pela licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHOMENOR

***** (razão social na
licitante), CNPJ N°. :
***** com sede na ***** (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do
Dipensa nº. 15/2026, DECLARA expressamente, para fins do disposto nos termos do
[artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local/UF, ** de ***** de 2026.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(assinatura do responsável pela licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA.

DECLARAÇÃO

A ***** (razão social na licitante), CNPJ Nº. ***** com sede na ***** (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da **DISPENSA nº.15/2026**, DECLARA expressamente que se enquadra como Micro-empresa ou Pequena Empresa, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

*****/****, ***** de ***** de 2026.

(assinatura do responsável pela licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E APARELHAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Divino

A/C Agente de Contratação

Referência: DISPENSA nº.15/2026

Prezados Senhores,

(qualificação completa _____), por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

Local e data:

Nome

Representante legal da empresa